

DIÁLOGOS EM TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: DESAFIOS CAMPONESES DO MEIO AGRÁRIO

DIALOGUES IN RESISTANCE TERRITORIES: AGRICULTURAL PEASANT CHALLENGES

DIÁLOGOS EN TERRITORIOS DE RESISTENCIA: DESAFÍOS CAMPONESOS DE LA AGRICULTURA

Émerson Dias de Oliveira

Professor de Educação Básica da Prefeitura de Canoas/RS. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). e-mail: cooperativismopopular@hotmail.com.

RESUMO

As formas e processos imanentes aos territórios camponeses no mundo contemporâneo traz para o debate geográfico inúmeras questões sociais, sendo que este esforço exige uma interpretação ampliada acerca das relações que envolvem tanto o espaço urbano como o rural. Diante disto, o presente estudo se assenta em algumas análises teóricas do “território” para buscar contribuir em evidenciar as construções sociais do movimento camponês. Trata-se aqui de um esforço que ganha validade em virtude da crescente supremacia do agronegócio atual, o que “em tese” configura uma re-territorialização dos lugares camponeses em favor dos monocultivos. Entretanto, usando de recortes bibliográficos que respaldam a luta e resistência camponesa, aqui está articulada uma reflexão que desconstrói essa “máxima” de desaparecimento da territorialidade camponesa, entendimento esse que continua proeminente nas análises da geografia agrária. Longe de instaurar uma abordagem dicotomizada (agronegócio/campenisato), aqui esta posta a permanência do território camponês concomitantemente a grande propriedade agrário-capitalista, um interpretação que é perfeitamente exequível enquanto política pública no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Território. Campesinato. Territorialidade. Agricultura de Autoconsumo.

ABSTRACT

The forms and processes immanent to the Compound territories in the contemporary world bring countless social issues to the geographic debate, and this effort requires an expanded interpretation of the relationships that involve both urban and rural spaces. In view of this, the present study is based on some theoretical analyzes of the “territory” to seek to contribute to highlight the social constructions of the peasant movement. This is an effort that gains validity due to the growing supremacy of current agribusiness, which “in theory” configures a re-territorialization of peasant places in favor of monocultures. However, using bibliographic clippings that support peasant struggle and resistance, here is a reflection that deconstructs this “maxim” of the disappearance of peasant territoriality, an understanding that remains prominent in the analyzes of agrarian geography. Far from introducing a dichotomized approach (agribusiness / campenisate), here is the permanence of peasant territory concomitantly with the great agrarian-capitalist property, an interpretation that is perfectly feasible as a public policy in Brazil and in the world.

Keywords: Territory. Peasantry. Territoriality. Self-consumption agriculture.

RESUMEN

Las formas y procesos inmanentes a los territorios compuestos en el mundo contemporáneo traen innumerables cuestiones sociales al debate geográfico, y este esfuerzo requiere una interpretación ampliada de las relaciones que involucran tanto espacios urbanos como rurales. Ante esto, el presente estudio se basa en algunos análisis teóricos del “territorio” para buscar contribuir a resaltar las construcciones sociales del movimiento campesino. Se trata de un esfuerzo que gana vigencia debido a la creciente supremacía de la agroindustria actual, que “en teoría” configura una reterritorialización de los lugares campesinos a favor de los monocultivos. Sin embargo, a partir de recortes bibliográficos que apoyan la lucha y la resistencia campesina, se presenta una reflexión que deconstruye esta “máxima” de desaparición de la territorialidad campesina, entendimiento que sigue siendo prominente en los análisis de la geografía agraria. Lejos de establecer un enfoque dicotomizado (agroindustria / campesinato), aquí ponemos la permanencia del territorio campesino concomitantemente con la gran propiedad agrario-capitalista, interpretación perfectamente factible como política pública en Brasil y en el mundo.

Palabras clave: Territorio. Campesinado. Territorialidad. Agricultura de autoconsumo.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a noção hegemônica de um campo “moderno” instruído em contornos empresariais, o movimento camponês luta e resiste com o propósito de garantir a permanência de seus próprios territórios, isto é uma lógica que se baseia na agricultura de autoconsumo. Assim, o que se discute aqui não é o fim dos mercados, do dinheiro ou qualquer outra implicação que envolva as transações financeiras, mas o entendimento de que a reprodução social dos camponeses é uma questão que demanda territórios, tempo, conservação dos recursos naturais, políticas públicas, infraestruturas, enfim, uma série de garantias que quase sempre são espoliadas pelo sistema capitalista. Desta feita, as análises aqui se concentram no entendimento das histórias e estórias das unidades camponesas, as quais carecem de viver um campo em que é possibilitada a perpetuação dos seus respectivos modos produtivo.

A resistência e a luta camponesa pela terra compactuam e fortalecem as ideias dos movimentos sociais do campo, transfigurando um esforço pela (re)conquista do seu lugar no território, a qual busca garantir a reprodução da vida destes sujeitos pelo reconhecimento e consolidação da sua territorialidade. Todo esse empenho se dá com o alinhamento das histórias e estórias de vida, dos ideários sociais comuns e a presença do solo material, elementos esses contidos um no outro e que produz uma estirpe social única e consistente. Assim, dá-se o nascimento, (re) nascimento ou a modificação do território, independentemente de sua situação ou forma pré-existente, pois é através desse “sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma completa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o carácter de território” (SOUZA, 2007, p. 128).

Os atributos, antigos ou contemporâneos, que são adicionados ao longo do tempo na construção territorial, relacionam-se diretamente com a questão do conflito, ou seja, são os litígios sociais os responsáveis pelas feições territoriais a serem superadas, mantidas ou reconstruídas no espaço. Considerando os embates territoriais do campo, os seus sujeitos caracterizam-se por se favorecerem desigualmente das benesses do capital financeiro, figurado pelo agronegócio, restando à parte menos capitalizada, engendrar um substancial aporte político a fim de equilibrar o jogo de forças integrante deste embate.

Diante disso, o presente ensaio traz à tona uma discussão envolvendo os territórios de resistência que se fazem presentes no meio agrário, uma ênfase que usa enquanto objeto de estudo a luta instruída pelos camponeses no meio agrário. Buscando alcançar o objetivo indicado, e confirmar as hipóteses instituídas, foram elaborados apanhados de documentações diversas, que fundamentaram o desenvolver deste estudo (revisão bibliográfica sobre o assunto e a temática de estudo), sendo que tal

levantamento permitiu uma melhor compreensão acerca da existência dos dois modelos agricultáveis (camponês e capitalista) presentes na estrutura agrária. Estas explorações permitiram especificar e discorrer acerca do jogo de forças e poder que os territórios do capitalismo agrário buscam impor aos territórios camponeses. Afinal, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143) marcando e projetando o trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

É por isso que o campo surge enquanto uma realidade social dialética dotado com plenas condições de subsidiar ambos os modelos agrícolas (a agricultura dos camponeses e das corporações). Tendo em vista a coexistência dessas duas formas territoriais, a pesquisa se utiliza dessa categoria geográfica (território) com bases em alguns autores, a saber: Fernandes (2009); Haesbaert (2006, 2007, 2009) e Souza (2007, 2012). A apreensão dessa abordagem junto à questão agrária, bem como um enfoque alinhado com a luta e resistência camponesa é aqui discutido com base em: Saquet (2004, 2010, 2011); Chayanov (1974, 1981); Oliveira (2001); Paulino (2000, 2003, 2012), Shanin (2005) e Van Der Ploeg (2008). Entre outras publicações referenciais, estes são os principais autores que balisam as discussões instruídas no presente estudo colocadas, a qual reflete uma dialética no campo que envolve o modo de vida camponês e o modo de produção capitalista (agricultura industrial). Trata-se de um esforço que busca evidenciar as racionalidades impetradas em cada um destes modelos, além de expor as consequências que os sentidos e processos de ambos os formatos imprimem no meio social.

Essa realidade se dá em virtude da disposição de elementos e fatores materializados ao longo do tempo, culminando nas formações territoriais no espaço agrário, os quais são carregados de interesses parcializados. Essa identificação acontece no interior de sistemáticas quase sempre aquém e alheias as reais necessidades de seus lugares, destruindo os significados camponeses vigentes secularmente e que ‘impedia o caminho do progresso’. Assim, o negócio – negação ao ócio – no agrário dita que ‘ali não tem lugar para quem não gosta de trabalhar’, apenas empreendedores ‘visionários’, merecem o acesso à terra.

Desta feita, é no embate deste emaranhado de articulações da agricultura capitalista que os camponeses conduzem estratégias organizacionais. Portanto, o campesinato enquanto movimento social no Brasil intensificou suas ações nas últimas décadas, convergindo uma luta mais ampla por seus direitos. Integra também esse movimento, os camponeses migrantes, anônimos e sem vozes que estão jogados nos subúrbios urbanos. Um movimento único e coeso que busca garantir o mínimo de cidadania aos sujeitos do campo, evidenciando a resiliência camponesa frente à noção hegemônica e presunçosa da maximização capitalista.

É justamente esse embate que dá sentido à resistência camponesa, considerando que “a permanência da questão camponesa no mundo ‘moderno’ carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16). Assim, é necessário destacar, que as territorializações do/no campo não são todas instruídas na vontade da territorialidade agrário-capitalista, pois o campesinato também se impõe buscando a sua permanência e reprodução de vida. A coexistência destes dois tipos distintos de produção do/no campo é uma questão bastante visível nas paisagens agrícolas da microrregião, sendo que em algumas localidades, passado e presente coexistem com uma materialidade singular até aos olhares mais desatentos.

Deste modo, nota-se que os desafios camponeses em paralelo ao avançar territorial da moderna empresa rural é uma problemática oriunda ainda do período colonial no país, visto que se mudaram apenas os atores conjunturais, pois a acumulação financeira continua em plena realização, agora rotulada de agronegócio. Isto decorre pelo fato de que “se a acumulação primitiva [...] [...] isto é: luta contra a massa de elementos populares desviantes em relação à lógica do capital – teve importância histórica na “arrancada” do capitalismo, não é menor a sua importância atual, bem precisa, no processo da reprodução cotidiana” (AMIN, VERGOPOULOS, 1977, p. 46). É por isso que a compreensão da questão agrária nacional não se dará em apurações teóricas simplificadas e

tendenciosas, pois se faz necessário discutir a gênese territorial que cada realidade do agrário possui, a fim de se estabelecer uma base para iniciar os debates territoriais vigente em cada localidade dada.

2. TERRITÓRIO E PRODUÇÃO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

Considerando os apontamentos deste estudo, percebe-se que a forma de resolver os problemas da exploração no campo não se resume no conflito dual entre a agricultura camponesa e a capitalista, pois a coexistências delas é uma questão possível. Entretanto, o capital agrário insiste em ser a territorialidade hegemônica no campo, pois como bem coloca Oliveira (2003), o agronegócio é a contradição, “barbárie e modernidade”, um modelo que apesar de legitimado socialmente, tem sido questionado e denunciado pela classe camponesa contemporânea, a qual atua enquanto sujeito social de dentro do capitalismo. Neste sentido, as territorialidades do setor rural emergem com uma importância fundamental na reflexão da questão agrária.

Acerca da territorialidade, Gottmann (2012), destaca que ela “recorre primeiro à memória reflexiva, ligada ao vivenciado e a uma memória projetiva associada às aspirações” (p. 21). O autor pontua ainda que a compreensão do território é esclarecido enquanto conceito político e geográfico. Portanto, não é necessariamente a expansão territorial que lhe confere o reconhecimento, mas sim os seus processos organizativos, pois “o valor do território é gradualmente reduzido a questões de organização territorial pelas pessoas” (GOTTMANN, 2012, p. 542). Esta apresentação reflete a evolução conceitual que o território apresentou no decorrer do tempo, aproximando e conectando sua abordagem junto à noção de soberania.

Assim, mesmo considerando o recente desgaste da soberania na esfera internacional, visto o seu caráter de interdependência e complexidade, que em consequência culminou na redução dos direitos soberanos dos territórios nacionais, esse assunto continua exercendo centralidade significativa na compreensão das relações sociais contemporâneas. Por isto, independente das adversidades do controle jurídico-político, a dimensão territorial persiste como receptáculo de realização das intenções estratégicas, ainda que o comando absoluto do espaço na atualidade represente bem menos segurança do que outrora (*ibidem*, p. 542).

Contribuindo nessa reflexão, Saquet (2009), aponta que,

A territorialidade corresponde às relações sociais e as atividades diárias que os homens têm com a sua natureza exterior. É resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e reorganização da vida cotidiana [...]. [De modo que] a identidade é construída pelas multiterritorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como templos, as canções, as crenças, os rituais, etc (SAQUET, 2009, p. 08).

Nestas interações fica subtendida a existência de elementos que atuam como delineadores dos territórios, uma discussão que se aproxima do entendimento de Souza (2012) sob o território, que o define como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Assim, é através do exercício do poder que se legitima o grupo e/ou classe social em um determinado território, pois “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENT, 1985, p. 24).

O entendimento de poder para Raffestin (1993) está vinculado não aos meios que o produziu, mas entorno das relações da qual ele foi originado, ou seja, é a intensidade e a significação dos esforços produzidos socialmente pelos sujeitos que definirá suas decisões. Esta discussão esboça um ajuntamento de esforços e realizações envoltas em um único propósito, ou seja, uma capilarização política que conscientiza a maior parte dos sujeitos de um dado território. Por isso, retratar a marcha

do movimento camponês no Brasil e no mundo é também discutir uma das classes sociais mais politizadas acerca do seu papel social, considerando que os camponeses são relativamente desprovidos de aportes financeiros significativos, além de terem suas produções subordinadas aos interesses do capital agrário. Neste cenário é possibilitado refletir a territorialidade camponesa, considerando que “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

É por isso que a discussão do território surge como uma tarefa instigante e complexa, pois carece desvendar um arcabouço de territorialidades que se preenchem mutuamente. Para Saquet (2001), a dissociação conceitual do território e da territorialidade ocorre com o primeiro referenciando com a apropriação social de uma porção do espaço geográfico e o segundo como a interação das relações sociais estabelecidas no primeiro. No entanto, refletir “a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). A territorialidade aparece desta forma com os diferentes tempos do território, como resultado do processo de territorialização, uma realidade que ocorre desde os tempos coloniais através dos choques culturais colonizador-indígena, ficando mais complexas e intensas no decorrer dos seus construtos sociais posteriores com as reações que este processo culminou nos territórios.

Essa reflexão se aproxima bastante com as concepções territoriais da segunda metade do século XX, passando a ser entendida para além da visão Estado-Nação ratzeliana de pressupostos positivistas, visto que com a inclusão de cargas identitárias e culturais tem-se uma ampliação sob o entendimento conceitual das discussões do território. Segundo Haesbaert (2002), os estudos do território podem ser identificados em três alinhamentos principais, sendo os enfoques políticos, culturais e econômicos.

A política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p. 40).

Reafirmando as discussões de Raffestin (1993), que coloca o espaço anterior ao território, onde as relações sociais são de fundamental importância para a caracterização do território na sua forma mais intensa e sentida, o conceito fica subtendido através das relações e intensidades de poder, envolvendo os movimentos contraditórios entre quem os detêm e os que não detêm no território.

Assim como Raffestin (1993, p. 58) o qual coloca que o intento do “poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”, também Saquet (2004) discute território a partir da ideia de poder, uma vez que a sua produção espaço-temporalmente acontece “[...] pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social [...] pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob a gestão do Estado Nação (SAQUET, 2004, p. 81).

É assim que as disposições comportamentais realizadas pelas forças produtivas materiais da sociedade vão se constituindo continuamente no espaço, até que quando chegam a uma determinada fase de desenvolvimento, entram em contradição com as relações de produção existentes, visto que “na história dos homens a superação [...] sempre foi fonte de contradições, tensões, conflitos internos,

crises e mudanças: e esta é uma característica fundamental de nosso conceito de território, não verificada na territorialidade animal” (DEMATTEIS, 1985, p. 74).

O território é fundado em comportamentos opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização em uma dada *formação territorial* [...] [...] O território não indica uma realidade natural. Para isto, utiliza o conceito de Terra. O território significa uma realidade material e técnica. [...] [...] “A terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação” (1985:74). O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas políticas e culturais e de ligações de redes internas e externas que envolvem a natureza: “Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais” (1985:75). O Estado e o mercado tem centralidade. (DEMATTEIS, 1985, p. 74-75, apud SAQUET, 2006, p. 76).

Para Saquet (2010), o entendimento teórico do território em Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, “se parecem e são similares. O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações de redes internas e externas. O Estado e o mercado têm centralidade” (p. 81). Assim, o território passa a ser verificado com um viés dialético que considera o processo de socialização dos homens como “produto e máquina” de sua própria territorialidade, ou seja, caracteriza um processo histórico de construções territoriais antagônicas e divergentes em suas representações.

A discussão deste estudo que busca uma reflexão acerca das coexistências territoriais no interior do agrário, com suas duas formas desiguais de entender, manejar e produzir o território rural, leva ao questionamento dos princípios e regras de territorialidades vigentes nesses domínios. Esta questão está expressa através das várias motivações arbitrárias que ocorrem e se fazem presentes no campo brasileiro, contexto em que é notável uma significativa busca em garantir a territorialização do empresariado rural. Cabe pontuar também que o capital nem sempre carece de se territorializar materialmente para extrair as suas rendas, pois tal processo pode ocorrer através da extração das rendas camponesas quando do processo de relação que os camponeses interagem no mercado.

Assim, ciente dos debates que a questão territorial remete, entende-se que os movimentos territorializantes no/do meio rural apresentam uma solidez histórica envolvida em constantes processos de reconstrução territorial, ou seja, os fenômenos sociais alteram-se continuamente, em acordo aos ordenamentos territoriais vigentes espaço-temporalmente. Uma organização social na qual “a utilização do território pelo homem cria o espaço, projetado pelo trabalho. Neste sentido, se faz necessário compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo curto, o médio, a longa duração, a diacronia e a sincronia [...] (ABRÃO, 2010, p. 61-62).

Através desta oscilação quanto à perenidade ou não dos territórios (enquanto organização social estática), surge uma apreensão teórica instruída em um movimento dialético conhecido como territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Essa estrutura, grosso modo, atrela a formação do território (Territorialização), sua destruição (Desterritorialização) por mais que seja temporária e a sua recriação através da Reterritorialização. Os ‘geo’filósofos Deleuze; Guattari (2007), inauguraram, de maneira mais aprofundada, o diálogo da concepção do T-D-R. Eles defendem que ao processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização: “A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização é o movimento de construção do território e são os dois indissociáveis” (cit. in HAESBAERT et al, s/d).

O campo brasileiro é um palco concreto desses processos desterritorializantes, pois ao se impedir o campesinato do acesso ao seu principal meio de produção (terra), se perde todo o seu significado existencial. Assim, “a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana” (*ibidem*, 2001, p. 175). Assim, o território é percebido antagonicamente pelos seus atores (camponeses-latifundiários), não existindo qualquer história ou geografia do lugar para o agronegócio, pois tudo é transformado em mercado e oportunidade de lucro

em obediência aos mandos do Complexo Agroindustrial, tudo num sistema interligado de ações calculistas com o lugar e seus sujeitos.

Ao se trazer à tona às discussões da equidade social, apesar da significativa dificuldade que tal abertura democrática envolve, a questão do campo carece de uma atenção especial. Esse cuidado é importante em razão do seu posicionamento primário na economia, representando o início da soberania popular da nação, que caso continue obedecendo aos modelos contemporâneos de sociedade, a classe camponesa – quase sempre sozinha e esquecida no seu processo de luta - terá muita dificuldade para continuar fazendo frente às ações e operações insustentáveis do “deus – Mercado”.

Assim, é necessária uma concepção social acerca da importância que a questão agrária assume nos rumos da humanidade como um todo. A escala local não pode ser ignorada e deixada de lado, pois os laços e relações do lugar é o garante da identidade plena dos seus sujeitos. O camponês não carece de ser tratado como um inválido socialmente, desqualificado profissionalmente, visto que ele representa um papel fundamental na ação local, garantindo sua autonomia existencial e abastecendo de forma equilibrada as necessidades de comida de seus lugares. O campo só é vida e fartura quando têm heterogeneidades, identidades vividas e um cotidiano autônomo inerente a cada trabalhador do campo.

3. TERRITÓRIO CAMPONÊS – VIVIDO E IDENTITÁRIO

As lógicas que permeiam os territórios camponeses se revestem da inexistência de exigências formais, fixas e delimitadas na relação homem-trabalho, pois o trabalhador é dono e guia do seu tempo e espaço. Na “roça” não tem *just in time*, não tem hora fixa para o café e nem um dia delimitado como folga, pois o trabalho e o trabalhador são autênticos. A acumulação camponesa se caracteriza pelo abastecimento pleno de alimentos do grupo familiar, inexistente a riqueza capitalista, tem-se apenas a camponesa (fartura). Assim, essa aliança entre o trabalhador da família camponesa e seu meio de produção (terra) surge como a primeira e principal barreira do avançar capitalista, dado ao relativo potencial dos camponeses em definir suas ações.

Com isso, a compreensão da vivência camponesa exige que se decifrem seus processos históricos, revolvendo situações contextualizadas anteriormente e responsável pelas territorialidades do presente, tendo em vista que todo esse arcabouço de extratos territoriais que se sucederam espacialmente traz em si singulares diversas, que caracteriza culturalmente o efetivo exercício do equilíbrio e manutenção existencial do território. Essa peculiaridade identitária camponesa tem uma adequada compreensão na escala de seus respectivos lugares, haja vista que os lugares camponeses são únicos e por isso carregam consigo territorialidades particularizadas.

Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo [...] [...] Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades [...] [...] Eis por que, e como, os camponeses se tornam uma mistificação (SHANIN, 2005, p. 1-2).

Dada a peculiaridade da territorialidade camponesa, Haesbaert (2004) explicita essa discussão ao discorrer que o caráter diverso e complexo do território lhe confere um formato múltiplo, visto que entra em cena os distintos e diversos complexos produzidos nas interações materiais e imateriais do vivido destes sujeitos, ou seja, sua identidade cultural que envolve as tramas possíveis de sua realidade. É a partir da materialidade percebida no seu território que se forma o território imaterial do sujeito, ganhando sentido a disputa pelo território uma vez que aquele ponto de vista territorial é único

e inerente ao seu detentor.

O território imaterial é percebido no processo de convencimento que seu construtor lhe confere, de que existe de fato e é importante. Essa imaterialidade exclamada e benquista pelo seu integrante sintomático se faz presente no território concreto ou mesmo inexistente. Quando se referencia num território fixo, a imaterialidade territorial coloca-se em todas as ordens deste território, compreendendo os diferentes tipos de território material. Também na sua expressão abstrata a imaterialidade se faz ainda mais sentida através do redesenhamento memorial das relações em vigor no território.

Neste sentido, quando se retratada das imaterialidades do campo, com enfoque aos valores autênticos da percepção camponesa, as concepções de vida, de ser humano e de mundo destes sujeitos se constituem como a matéria-prima essencial do seu território imaterial. Essa situação se realiza tanto na propriedade camponesa como no momento pós-expulsão/expropriação de seus lugares. Assim, a significação simbólica incutidas nas territorialidades camponesas (material ou não) é que lhe confere o suprimento para sua ação ativa e concreta no processo de resistência e luta pelo acesso e/ou garantia da terra.

A complexidade do domínio imaterial é apontada por Saquet (2011) como um conjunto de inter-relações sociais que condiciona na relação espaço-tempo uma construção multidimensional. Esse entendimento das dimensões possíveis no território evidencia o quão complexo ele é, uma realidade que carece de uma análise materialista histórica e dialética do seu contexto, emergindo os aspectos político-econômicos e os simbólico-culturais como de essencial importância do real entendimento das suas distintas lógicas territoriais, pois este é único, dado os diferentes processos sociais que se dão nos seus lugares.

A capacidade que o debate do lugar tem na geografia de explicar as heterogeneidades territoriais, inválidas e desconsideradas no capitalismo, é que fomenta a auto-identificação dos sujeitos, deles se posicionarem como protagonistas da própria história, reconhecendo em suas ações uma identidade distinta de valor. Aqui se materializa o choque entre o uso que o camponês faz de sua terra contra os interesses dos especuladores. Por isso, é fundamental e “necessário construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, à autonomia de cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento” (SAQUET, 2010, p. 177).

O lugar de expressão da vida e do cotidiano camponês, assim como os demais lugares compreende-se historicamente com um significado singular na sua formação sócio-espacial. O processo de constituição dos territórios é na realidade uma construção social plural, a exemplo das imigrações e migrações territoriais, de onde são forjados os distintos lugares com seus desenhos e recortes culturais próprios. “O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirá em qualquer sistema societário em que operem” (SHANIN, 2005, p.14).

As relações camponesas, caracterizadas por apresentarem práticas sociais adaptadas a cada contexto ou lugar de luta/resistência, envolvem tamanho grau de consciência política destes sujeitos que, mesmo expropriados, expulsos ou explorados de sua condição camponesa, carregam consigo um pertencimento classicista (movimentos sociais). Esta conduta resiste mesmo considerando as adversidades a qual estes lhes são confrontadas, visto que “a ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia” (PLOEG, 2008, p. 33). Entretanto, esse enfrentamento reforça o desejo de superação da classe camponesa, através das várias estratégias de recriação impetrada pelos grupos camponeses.

Essa singularidade vivencial já teorizada por Chayanov (1981), coloca que a condição social classicistas destes sujeitos se respalda na relação da tríade família-trabalho-consumo. Essa significação, intensa e simples ao mesmo tempo, entende que a unidade camponesa organizada no trabalho conjunto se garante pela prática da agricultura de autoconsumo “cultura de excedente” (*idem*), um esforço que acompanha a demanda do consumo familiar. Acerca desta questão, Paulino (2012) destaca “[...] que os camponeses somente abdicam da autossuficiência interna à medida que alguns

produtos podem ser comprados em situação vantajosa, considerando a relação custo benefício, desde que a impossibilidade de adquiri-los não represente risco à sobrevivência imediata” (PAULINO, 2012, p. 65).

Esse movimento sinérgico que o camponês exerce no seu lugar, envolvendo e abarcando a coletividade dos seus pares com jeitos próprios é incompreensível no capitalismo, o qual os nomeia como atrasados, rudimentar e com técnicas de cultivo arcaicas. Entretanto, a classe camponesa direciona seus valores na noção de autoajuda e de garantia do autoconsumo social de seus sujeitos, conforme preceitua em Paulino (2003);

Ali se trocam experiências e conhecimentos com vistas à potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão ‘refinando’. Emprestando-se os melhores cachacos para a fertilização das fêmeas. Emprestando-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho. (p. 377).

Essa experiência é carregada de uma significância ininteligível ao capital, pois é um momento em que o trabalhador do campo vê refletido materialmente o resultado do seu esforço, da sua vontade, da sua liberdade, ele fala com gosto desta e daquela cria animal, da semente crioula que ganhou/trouxe doutro lugar, da melhora produtiva feita com o esterco na horta. O camponês obedece ao ciclo da vida e tem a lua como aliado fiel à sua plantação e criação de animais, ou seja, é praticamente impossível dimensionar essa sensação que se dá no/do lugar camponês ao mundo capitalista. O lugar camponês exposto por Candido (2001) representando os sujeitos que moravam no sítio constitui perfeitamente essa concepção;

[...] Não havia quase negócios; cada um consumia seu produto e nos anos fartos sobrava mantimentos, que não tinha preço. Todos faziam fio de algodão, que as tecedeiras transformavam em pano, com o qual se confeccionava a roupa: camisolão até o joelho para os meninos e meninas; camisa e saia para as mulheres; ceroula e camisa, usada sobre aquela, para os homens. Trancavam-se em casa excelentes chapéus de junco, “que duravam dois anos” (*ibidem*, p. 38).

Entretanto, é válido reafirmar que neste estudo essas colocações são postas no tempo presente e que a resistência camponesa continua atuante como ferramenta essencial na garantia desse modo de vida singular, ou seja, ele coexiste aos avanços do capitalismo-agrário. Não é por acaso que o conflito territorial no interior dessas questões está num contínuo borbulhar de ideias e ações que envolvem ambos os interessados (camponês e latifundiário), o campo se faz diverso e multiterritorial em suas constituições, cabendo aos atores sociais interessados nesta questão decifrar e assumir um paradigma que realmente considere os territórios camponeses como dotados de práticas territoriais próprias.

Faz-se necessário garantir o direito de um campo de todos, diverso, digno e plural onde o camponês também possa ter vida e sonho sem a necessidade da guerra/conflito entre outras barbáries tão corriqueiras no seu cotidiano. É apenas a dignidade de vida que o trabalhador do campo busca, pois o Brasil é um país de dimensões continentais que carrega plenas condições de permitir a consolidação um sistema agrário que atenda também as necessidades camponesas, pois as necessidades do capital agrário jamais serão supridas, ele é insaciável e irracional em sua constituição.

Assim, o autoconsumo permite ocorrer determinados cenários que fortalece a perpetuação dos camponeses enquanto sujeitos sociais, com destaque para a coesão da unidade familiar camponesa, os processos de luta e resistência no campo, o modo de vida peculiar a estes lugares e a organização social destes trabalhadores enquanto uma ‘classe para si’. Vale destacar que esta estruturação social se dá de forma distinta e peculiar em cada realidade camponesa (equilibrada e harmônica), inexistindo um ordenamento fixo e/ou de caráter impositivo entre as suas realizações sociais. Há todo um mundo camponês de resistência e permanência na terra/território, mantendo a reprodução social secular vinculada a agricultura de autoconsumo, que os faz existir e nortear caminhos para milhões de pessoas

que, ainda, buscam na terra o sustento da vida e do modo de vida, tudo isso impregnado pela dignidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui instauradas possibilitaram compreender que o posicionamento político de interpretação dos fenômenos em estudo, têm-se um alinhamento no ponto de vista de classe (camponesa) na relação entre Trabalho e Capital, evidenciando as contradições e enfrentamentos das duas territorialidades já pontuadas no trabalho, pois no instante em que se historiciza a vida dos homens, é possível sua interpretação histórica e de seus eventos nas mais diversas dimensões. A discussão territorial é de fundamental importância nesta realidade em virtude da amplitude que o termo abrange, visto que conforme Haesbaert (2007), os sujeitos determinam seus próprios territórios, e a destruição destes levaria o fim desses sujeitos, de seus valores, de seus ordenamentos sociais, pois esses, não existem sem seus territórios.

Esta compreensão remete ao instrumento da soberania social, uma realidade doutrinadora dos lugares camponeses, visto que “a soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações, como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos” (FERNANDES, 2009, p. 203). Desta feita, é possibilitado pensar seus processos vitais entrelaçados ao contraditório movimento da história, em última instância, a fronteira dessa ação humana está instalada nas condições materiais de produção da vida emergidas historicamente. “A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social [...]” (ENGELS, 1981, p. 54).

Dessa feita, defende-se aqui que as formas de uso e ocupação da terra efetivada pelos camponeses (suas territorialidades) é na realidade uma agricultura de autoconsumo, cuja lógica está revestida na alteridade, isto é, uma autonomia que tem sua validação se for reconhecida e partilhada localmente. Este modelo tem a sua sustentabilidade garantida pela solidariedade comunitária, uma vez que ele se caracteriza pela produção do excedente, aonde este último representa uma ‘reserva’ que supre as necessidades oriundas em tempos de adversidades entre os camponeses e as camponesas. Desta forma, o autoconsumo se torna legítimo e carregado de sentido, visto que o companheirismo, ou mesmo irmandade, característico das comunidades camponesas potencializa a capacidade de resistir, viver e querer continuar no campo.

Enfatiza-se, novamente aqui, que isto não se trata do campesinato saudosista e bucólico, mas de uma interpretação sinérgica e totalitária dos territórios camponeses, uma vez que os vieses da racionalidade instrumentalizada/utilitarista são incapazes de uma adequada interpretação da vivência camponesa. Esta peculiaridade deve-se pelo fato da reprodução social destes sujeitos não se dar de forma segmentada, ela é conjuntural, se apoia na autoajuda, no comunitarismo e na diversificação produtiva. Deste modo, a organização social camponesa, mesmo nas condições de inexpressiva abrangência espacial-produtiva, traz consigo uma carga e conscientização política ampla e sólida, sendo esta a responsável pela manutenção dos propósitos de luta e resistência camponesa.

Portanto, os camponeses são colocados, também, enquanto agentes sociais de transformação, compreendendo e posicionando territorialmente com um sentido alternativo a lógica hegemônica. Assim sendo, o debate acadêmico envolvendo as virtudes e benefícios sociais advindos das estruturas camponesas é uma questão que precisa continuar e ser ampliado, pois é dever da Universidade contribuir na construção de um mundo mais justo e humano. O campo da política instituído pelos movimentos sociais (rurais e urbanos) é uma realidade já bastante desenvolvida, com isto, resta uma maior conscientização e apoio da sociedade como um todo acerca do projeto de sociedade proposto pelos camponeses e camponesas. Com isso, será possível reunir forças suficientes para superar o *lobby* político-financeiro-midiático imposto cotidianamente pela elite dominante, sobretudo quando se dirige ao campo.

Vale destacar que o propósito aqui não é o extermínio do atual modelo de desenvolvimento

rural predominante, mas a construção de caminhos alternativos que permitam uma vida digna aos milhares de camponeses e camponesas (em todo o mundo) expulsos de suas terras e desguarnecidos de políticas públicas adequadas. Conforme já destacado neste estudo, o Brasil tem plenas condições de conciliar os avanços da agricultura capitalista e da agricultura camponesa. A diferença destes modelos agrícolas se assenta no fato de que a estrutura agrário-capitalista é insustentável e tem a ‘morte alheia’ (solo, plantas, animais, culturas, ar, silêncio, memória) como o garante da acumulação financeirizada. Por outro lado, o sonho camponês é a realização de uma agricultura de autoconsumo que não tem sua pauta na quantidade, mas na qualidade da vida, do solo, dos animais, das plantas e do ar, pois é desta conjuntura que emerge a certeza de um lugar para a morada, a comida e o trabalho camponês.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. A. A. Concepções de Espaço Geográfico e Território. *Sociedade e Território*, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/socie_dadeeterritorio/article/view/3490. Acesso em: 12 dez. 2017.
- AMIN, S. VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª ed., São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 342p. 1974.
- _____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA J.; STOLKE, V. **A questão agrária**. Editora Brasiliense: São Paulo, p. 133-163, 1981.
- DEMATTEIS, G. **Le metafore della Terra. La geografia umanatra mito e scienza**. Milano: Feltrinelli. 1985.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 4ª ed. – São Paulo: Global Editora, 1981.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, nº 3, 2012.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2006.
- _____. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.
- _____. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. vol. 15, nº43 São Paulo set./dec. 2001.
- OLIVEIRA, J. P. **Ensaio em Antropologia Histórica**. UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- PAULINO, E. T. **Terra e Vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. Tese [Doutorado] – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- _____. **Por uma Geografia dos Camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- _____.; ALMEIDA, J. P. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações**. Revista Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Mimeografado.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para o desenvolvimento territorial**. SP: Outras Expressões, 2011.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; _____. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: Revista NERA. Ano 8, n. 7 – Jul/Dez de 2005.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77 – 116.

_____. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.